

ATA N.º 1/2019

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, a ter lugar no Salão Nobre da Sede da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a Presidência do Senhor António de Jesus Seixas, tendo como Primeira Secretária a Senhora Carla Sofia Oliveira dos Santos e como Segunda Secretária a Senhora Ana Catarina Gomes de Jesus
1) Abertura da reunião
Pelas vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia declarou iniciada a Reunião da Primeira Sessão Extraordinária de dois mil e dezanove, da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, procedendo-se de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença dos seguintes membros: António de Jesus Seixas, Carla Sofia Oliveira dos Santos, Ana Catarina Gomes de Jesus, Filipe Dias do Nascimento, António Rocha, Cândida Marisa Roseiro da Costa Azevedo, Nuno Filipe Carolo, Maria Inês Sanches, Tiago Tarracha, Catarina Tatiana Lopes Antunes, Maria Francisca dos Santos Quaresma, António Manuel Barrocas, Rafael Marques de Sousa, Maria João Domingos, Carla Pinto, João Sardela, Ana Paula Henriques, Isabel Rabaça, Judite Neto
Foi estabelecida a seguinte Ordem de Trabalhos:
1) Intervenção do Público; 2) Ordem do Dia:
 Aprovação das Atas 01/02 e 04 de 2018 Proposta de Deliberação n.º 150/2018 – Compromissos Plurianuais – Artº 6 da Lei Nº 8/2012 de 21 de fevereiro – Regulamentada pelo artº 12º do Decreto-Lei nº 170/2012 de 21 de junho – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia. Proposta de Deliberação nº 10/2019 - Alteração dos administradores do Fundo de Maneio – Apreciação do Regulamento do Fundo de Maneio.
Presidente da Mesa: A Assembleia, na sequência de reunião de lideres, está a trabalhar, no sentido de organizar uma Assembleia Extraordinária, em Fevereiro, a realizar em Queijas, dando cumprimento a uma sugestão de um munícipe, para abordarmos a questão sobre projetos e planos para Queijas e Linda-a-Pastora
1) Intervenção do Público:



---- António Coimbra: Eleitor 4774, residente na Avenida Portugal, número cinquenta e dois, rés-do-chão, esquerdo, em Carnaxide. Gostava de colocar três questões. A primeira, todos estão recordados de uma reunião entre a Junta de Freguesia, a Câmara e a Vímeca, ficou acordado que a tão ansiada carreira passasse em frente ao Centro de Saúde, iria ser uma realidade. Tal não acontece porque a Vimeca alega que está à espera que a Câmara coloque os abrigos. Ora, nós sabemos que não está dependente da colocação dos abrigos, a colocação de um poste com a indicação de uma paragem. E, portanto, seria bom que a Vimeca honrasse o seu compromisso e colocasse lá as indicações de paragem e que a Câmara fizesse um esforço e colocasse lá o abrigo ou os abrigos. Nesse sentido, vimos ver da possibilidade da Junta de Freguesia, voltar a insistir, junto da Câmara, para que a colocação dos ditos abrigos seja uma realidade em respeito pelos utentes, doentes e idosos que carecem desse meio de transporte e, por este motivo, aparentemente menor, continuam sem ter a paragem. A segunda questão que gostava de levantar, era a seguinte: há algum tempo atrás, foi conseguido a criação de um gabinete técnico local, no Núcleo Histórico de Carnaxide. Isso foi muito importante, porque a Câmara dotou esse Núcleo Histórico de uma arquiteta e o papel da arquiteta, era fazer a delimitação do Núcleo Histórico. Isso já foi feito e, ao mesmo tempo, incentivar os moradores a recuperarem as suas casas e até a própria Câmara fazer a requalificação do património lá existente. Penso que seria bom, que todos nós tivéssemos acesso ao que está previsto para o Núcleo Histórico de Carnaxide, por parte da Cârnara, porque isso nos ajudaria a saber o que é que se pretende do Núcleo Histórico e ter-se-ia evitado aquela falta de bom senso nas traseiras da igreja convido-vos a passarem por la- e verem a Vila Romão. Nós temos todos a noção que é um Núcleo Histórico, não faz sentido que, no meio daquelas casinhas todas, resolveram construir um grande condomínio fechado. É um autêntico elefante numa loja de porcelana. É uma agressão a todos nós. E, portanto, se nós tivéssemos acesso ao plano par Carnaxide antiga, certamente, poderíamos dar sugestões e teríamos evitado que aquilo acontecesse. E para evitar males futuros, penso que ainda estaríamos a tempo de ter acesso ao que se pretende para o Núcleo Histórico de Carnaxide. Finalmente, a terceira questão é a seguinte: continua-se a anunciar, vocês todos viram, nós todos vimos, novas urbanizações para Carnaxide. O problema dessas novas urbanizações, é que maior parte delas estão localizadas junto às velhas estradas nacionais. Portanto, constrói-se mais habitação, mais urbanizações e não se ouve notícia de novas vias de circulação. E isso pode ser preocupante. Se a situação é caótica. Se não houver medidas de novas estradas, a situação pode complicar-se. Aproveito isto, só para terminar, dizendo o seguinte: este ano acaba a concessão às operadoras, nomeadamente a Vimeca. A Vimeca deixa de operar em Carnaxide. A Área Metropolitana de Lisboa criou uma empresa que vai regular os transportes na área metropolitana e a Câmara de Oeiras também vai definir o que é que quer de transportes, por onde passam as camionetas, o que deve ser melhorado, etecetera. Seria importante e eu faço aqui uma proposta ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que pudesse fazer um debate, um encontro, uma reunião, fosse o que fosse, por que se a Câmara tem que fazer sugestões, porque é a Àrea Metropolitana de Lisboa e as Câmaras que vão regular os transportes, eventualmente, sabe-se que a Vimeca até pode ser contratada, para serviços ocasionais e até para prestação de serviços balizadas no teto mas vão ser as câmaras que vão fazer essa proposta e criar a empresa e a questão é: o que é que se quer para Carnaxide, a pergunta é o que é que se quer para Carnaxide e qual é a proposta que, os conhecimentos e as propostas que nós podemos todos fazer para uma boa rede de transportes no novo figurino. Muito obrigado, desculpem o tempo que eu tomei.





---- Francisco Carrilho: Então boa noite, eu falo por Queijas, eu vou contar aqui um problema que há muitos anos eu tive uma grande luta com a regueira de Queijas, a ribeira de Queijas neste momento a semana passada novamente voltou a correr urina por aí fora, portanto era um cheirete por aquela zona que não se podia ali parar com o cheiro. Eu espero que agora desta vez arranjem aquela regueira, façam uma intervenção ali para que as coisas melhorem do que aquilo que tem estado até hoje. Portanto aquela regueira é rotativa e o que eu tenho visto até hoje é que nunca vi uma intervenção, nem uma intervenção ali para aquela ribeira. Portanto, é bom que a partir de agora comecem a fazer intervenções às coisas que fazem falta às populações, porque assim as populações não estão obrigadas a estar ali com aqueles cheiros todos em cima das suas casas. Outro problema dentro da regueira que já vem desde há muitos anos, aquela ponte, a célebre ponte que já era para fazer na regueira ao pé do ... que por acaso para você ter nocão, não é bom para as pessoas já de idade que há por ali para saltarem aquele ... quando está a choyer e era bom que aquela ponte se fizesse porque já no outro mandato do outro executivo foi dito que era para ter sido feita uma ponte e agora já só a auditora lamentou a situação e continuamos a ver se aquilo se faz. Outro problema que eu levantei aqui numa outra assembleia que estive aqui foi o problema do ... ao pé do palacete D. Miguel. Aquilo continua com bastantes gotas de chuva, como toda a gente sabe, quem lá vai sabe e junto à ... e os fregueses que passam ali são os que ... com mais força, a pessoa vem, apanha uma molhadela nas pernas, fica toda encharcada de água. Outro problema que eu trouxe até aqui e eu vou terminar com este era a ... como é que se faz um sumidor (?), na quinta da Trindade numa Oliveira e eu não estou a acreditar ... para a rua e acho que era o Quinta do Bonfique (?), Quinta do Alemão, a gente chama a Quinta do Alemão, era bom que incentivassem os donos daquelas quintas para cortarem aquelas pernadas, não sei, a gente tem de andar a cortar as árvores dos quintais dos outros, peço isso de intimar os donos dessas quintas para ... os fregueses não andarem eternos moradores que são poucos na freguesia de Queijas e aqui em Carnaxide não sei mas na freguesia de Queijas e eles que escolham assim, era trabalho que podia ser feito por outro lado e que ao fim e ao cabo, têm de fazer aquele trabalho das árvores dos outros que não fazem falta para ali para o meio da rua. Conta disso, obrigado.

--- Águeda Counhago: Boa noite, eu não tenho muitos assuntos para apresentar mas pelo menos há dois, dois ou três que eu gostava de apresentar. Um era o centro de enfermagem que foi fechado, foi prometido que era reaberto noutro sítio e fechou-se um sem realmente se ter pensado em reabrir o outro e que neste momento jamais será, mais um ano e tal que está fechado e não se vê perspetivas de nada. A outra é o Combus que não será o Combus mas que será se calhar outra designação que também em algumas freguesias já está a ser usado e aqui em Queijas não sei quando é que isso será, gostaria de saber. E outra coisa também é: as escolas, a escola Narcisa Pereira está a ter uma intervenção, a escola Gil Vicente que tem tido algumas intervenções pequeninas a pequenas obras e que deveria ter uma intervenção em relação ao refeitório. Acho que havia um projeto aqui há algum tempo mas realmente gostaria de saber se está previsto alguma coisa sobre esta escola. Era só.

---- Elsa Vasco: Boa noite, Elsa Vasco, sou residente aqui em Carnaxide na Rua Aquilino Ribeiro e venho falar aqui de três assuntos, sendo que dois deles não são propriamente novidade, já cá vim em situações anteriores referi-los mas como a situação se mantém, acho que devo falar deles novamente. Aquele que eu considero mais grave é talvez a situação do estacionamento. Eu moro numa rua que é das poucas em





Carnaxide que não tem parquímetros, a Rua Aquilino Ribeiro, mas que no entanto é uma das ruas mais movimentadas porque tem centro de saúde na ponta, dois ginásios a meio, uma escola primária/preparatória no final da rua, portanto é uma rua com uma circulação muito grande de pessoas e nomeadamente de viaturas e por isso mesmo, por não ter parquímetros, torna-se uma rua muito desejada para as pessoas estacionarem, não só as frequentam a própria, as que trabalham ali mas também as pessoas que deixam ali o carro de manhã porque apanham o autocarro da Vimeca ainda quase vazio e ainda que morem em Carnaxide, vão ali deixar o carro, é mais prático e apanham o autocarro quase vazio. Isto é uma rua onde é complicadíssimo estacionar devido a estas situações mas também a situação agravou-se bastante no último ano, ano e meio, com as novas passadeiras que ao serem mais largas e com os pinhos que antes não existiam, tiravam lugares de estacionamento e também os novos depósitos dos caixotes do lixo, portanto, esta rua perdeu e eu não estou a exagerar, mais de 20 lugares de estacionamento e de passadeiras, depósitos de lixo e pinhos, portanto, isto faz muita diferença quando o estacionamento já não é fácil e acho que se o tracejado fosse revisto, há alguns tracejados entre lugares, uns têm umas distâncias, outros têm outras, aquilo não foi feito rigor e ali com algumas mexidelas era possível recuperar pelo menos alguns lugares. O outro assunto é um assunto que aqui, um dos senhores já levantou, está relacionado com a Vimeca, a Vimeca em tempos chegou a ter uma carreira que eu lembro-me que cheguei a utilizar quando era estudante universitária que passava na Praça de Espanha e que eu considero que seria de utilidade porque todos os estudantes aqui da zona que vão para a zona da Cidade Universitária ou para a Avenida de Berna, Universidade Católica, portanto, julgo que iria servir uma série de estudantes que pelo menos na altura em que eu a usava tinha pessoas e dava jeito e é uma carreira que faz falta e acho que estamos um bocadinho limitados aqui com a Vimeca em termos de circuitos. E por fim, estou um bocadinho preocupada com uma notícia que ouvi há pouco tempo em que se refere com a abertura, julgo que a construção está prevista para o ano que vem, de uma torre de escritórios com um shopping ali na zona dos terrenos de proteção civil, portanto mesmo junto às entradas e saídas da A5 e quer dizer, já é uma zona que é bastante congestionada e que eu evito, eu evito entrar em Carnaxide por aí, por acaso vamos tendo aqui outras opções que por enquanto ainda não são muito conhecidas, não é? Consigo vir ali por trás do Jumbo e tal e entrar em Carnaxide sem grandes confusões mas de certeza que o trânsito se vai agravar se não forem tomadas as devidas medidas, não é? Para que essa gestão que será acrescida, certamente que a gestão dos veículos, julgo que é uma problema possível e gostaria de saber o que é que está a ser pensado fazer em relação a isto. E pronto, é tudo, com licença.

Senhor presidente da UFCQ: Boa noite a todos. Caro presidente da mesa, caros deputados, público aqui presente. Antes de mais agradecer a vossa presença e participação nesta assembleia de freguesia e passo então a responder às questões colocadas. Senhor Coimbra, as três questões que colocou são questões que iremos colocar à Câmara Municipal de Oeiras e iremos pressionar a Câmara Municipal a resolver logo que possivel estas situações. Em primeiro lugar, a situação da Vimeca, logo no início do mandato tivemos uma reunião e com o apoio das bancadas da CDU, do IOMAF e do PSD, apresentámos várias propostas de acertos nas carreiras da operadora. Uma propostas foi aceite, a paragem junto ao Centro de Saúde de Carnaxide. A Vimeca solicitou à Câmara Municipal que colocassem o abrigo e também a sinalização de paragem, mas o deputado tem razão, penso que a Vimeca pode avançar com a paragem sem a presença do abrigo e durante este período já solicitei o ponto de situação à vereadora que está com esse pelouro. Em relação ao núcleo histórico que trabalha os vários centros históricos do nosso concelho, vamos solicitar à Câmara informações acerca dos trabalhos qual o seu plano para os nossos centros históricos. Em relação às





novas urbanizações vs. novas vias, sim, concordamos que para além das novas urbanizações, é sempre necessário pensar nas novas vias para que não cheguemos a pontos extremos de caos no trânsito, situação que infelizmente está a acontecer em certos locais de Oeiras. Em relação às propostas para as carreiras do COMBUS, proponho um desafio de solicitar a todos os grupos, a todos os partidos, que apresentem aqui as propostas ao nosso executivo para que nós possamos juntar essas mesmas propostas e apresenta-las à Câmara Municipal. Francisco Carrilho, dizer-lhe que a intervenção na regueira de Queijas continua programada, é uma intervenção que será realizada pelo SIMAS mas tem havido outras intervenções prioritárias que têm atrasado essa intervenção, dou-vos aqui o exemplo da intervenção que foi realizada no passeio marítimo de Algés, numa zona que não era limpa há mais de 30 anos e tinha mais lixo do que estava previsto, então as equipas do SIMAS permaneceram mais tempo nesse local do que seria previsto inicialmente. Entretanto a intervenção está planeada e iremos continuar a pressionar o SIMAS para que avance logo que possível com essa intervenção. Cara Águeda, tenho boas notícias em relação ao centro de enfermagem, tal como dissemos, tínhamos planeado a abertura de um centro de enfermagem este ano. As obras já estão quase concluídas e será no mercado de Queijas. Esperamos abrir nos próximos dois meses. Em relação ao Combus, dizer-lhe que ainda não lhe podemos dar uma data prevista mas que a câmara está a fazer todos os esforços para que possam adquirir mais viaturas e formar o pessoal, para que seja possivel o sistema de transportes prolongar-se por todo o concelho. Em relação às intervenções nas escolas, a Câmara Municipal de Oeiras está a apostar na melhoria das escolas e na melhoria espaços públicos, mas infelizmente não conseguem realizar tudo ao mesmo tempo, eu tenho conhecimento por parte do Vereador que tem esse pelouro, que está prevista uma intervenção no refeitório da Gil Vicente, é algo que não está esquecido. Cara Elsa, em relação ao estacionamento no centro de Carnaxide, tal como falamos várias vezes, é uma situação problemática mas teremos que aguardar que a Câmara de Oeiras e a Parques Tejo avançem com as obras do novo parque de estacionamento que está previsto ser contruído nas traseiras do Centro de Saúde. A Parques Tejo mudou de administração, solicitou-nos ajuda para realização de um plano de ação para os próximos oito anos e num dos pontos solicitou-nos a identificação de locais onde possam construir parques de estacionamento, nem que seja durante um certo período, alugar a privados que não consigam vender ou alugar esses espaços e utilizá-los. Já temos essa informação quase concluída para enviar à Parques Tejo, já identificamos vários locais principalmente em Queijas. Foi mais fácil encontrar locais disponíveis em Queijas do que em Carnaxide. Em relação à abertura do centro comercial, a informação que dispomos é que não será junto à proteção civil mas sim, junto às bombas de combustivel do Jumbo.

Senhor Presidente: Não temos conhecimento acerca desse centro comercial. Obrigado.
2) Ordem do dia

--- Ata número 1. Aprovada com três abstenções, duas abstenções da CDU, uma do Partido Socialista.

Francisca Quaresma: Boa noite a todos, a CDU absteve-se porque nenhum dos elementos esteve presente na assembleia ?. Obrigada.



- --- Ata número 2. Aprovada por unanimidade.
- --- Ata número 4. Aprovado com abstenção do Partido Socialista.

Senhor deputado Rafael Sousa da IOMAF: Boa noite a todos, boa noite Senhor Presidente, boa noite presidente da União de freguesias de Carnaxide e Queijas, executivo e caríssimos membros da assembleia, meus senhores e minhas senhoras. A bancada o IOMAF analisou a proposta nº155/2018 e queria acrescentar aqui três ou quatro pontos a esclarecer sobre a análise que fizemos sobre este ponto e sobre isso serei breve. Considerando a legislação em vigor e os preceitos sindicatos da deliberação da junta de freguesia que é apresentada, em particular, a obrigatoriedade de por lei, cumprir os procedimentos previstos na lei nº8/202 de 2012, dia 21 de Fevereiro, em particular, que resultam dos projetos ou ações com mito? total de 29 mil 759 58 euros, 58 euros, em cada um dos anos económicos e onde sobra a sua contratação e o prazo de execução de três anos, bem como se apresenta em todas as sessões da assembleia de freguesia se apresente uma listagem com todos os compromissos anuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida, gostaria que, se possível, apenas saber se datas pobres? Já foram aprovadas, quais o projetos, obras ou prestações de serviço de pessoal, onde serão investidas estas verbas, disse Rafael Sousa, bancada da IOMAF, obrigado.

Muita boa noite a todos, mesa, executivo, colegas, público. Relativamente a este ponto, olhando aqui para a proposta que temos em mãos, dizer apenas que estamos diante de um desiderato que vem cumprir com aquilo que legalmente está estipulado e uma vez mais dizer que também do ponto de vista estratégico e também cumprindo com os critérios que desde logo que teve nome e não só, dizer que o executivo merece aqui da nossa bancada uma felicitação pela ousadia no sentido de que com esta proposta visa quebrar muitas vezes uma certa passividade dos órgãos executivos na medida em que esta imposição legal, digamos assim, com alguma ? dos executivos em vários momentos no caso concreto aqui na nossa freguesia, aliás nem sempre é por aí. Nós com isto, apenas queremos reforçar que este exemplo seja para seguir e como disse também, se com esta proposta iria votar favoravelmente, temos a consciência de quais serão as vantagens e com isto apelar para que o executivo continue com as medidas que nos podem aqui trazer a estas valias que de um ponto de vista global, beneficie a nossa união de freguesias. Para já é este o sentido da minha interrogação, muito obrigado.

Tiago Tarracha, bancada do PS: Boa noite a todos, Tiago Ferraz da bancada do PS, tomando aqui logo à partida, não sou conhecedor da lei, se calhar, para discutir de uma forma geral mas como cidadão e como representante aqui, acho que devia ser mais claro para todos. Em prestação com ou face desta proposta é que no fundo estas propostas plurianuais no fundo deixem de passar, acho eu que deviam passar pela assembleia de freguesia para serem aprovadas. A verdade é que numa coisa tão básica que é ir ao base, ao site dos contratos feitos por entidades públicas ao base.gov.pt pondo o NIF desta união de freguesias deparo-me e não querendo mencionar nada em concreto mas usando aqui vários exemplos, no ano de 2018 forma adjudicados vários contratos que são plurianuais, têm 1095 dias desse contrato. Então o que é que está mal aqui? É o contrato que já foi aprovado? Isso serve para quê? Qual é que é o intuito real de nós aprovarmos uma normativa destas? Porque são contratos de 10800 euros, 19800 euros, 29988 euros, prestação de serviços, sem



K

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas Assembleia de Freguesia

falar depois das obras porque as obras podem ter outros parâmetros, visto que são várias adjudicações diretas em valores muito iguais mas não entrando por aí, não é o ponto. O ponto é para que serve nós aprovarmos esta normativa se durante o ano 2018, no primeiro ano já deste novo executivo é aprovado contratos como 1095 dias de valores obviamente bastante elevados, no fundo, gostaria que me esclarecesse para poder perceber qual a real função pois uma coisa não está a jogar com a outra.

Francisca Quaresma: Boa noite a todos, novamente. Queria aqui deixar desde já a posição que a CDU irá votar contra esta proposta porque acha e decorrendo também à assembleia de freguesia é o órgão ... e é o órgão fiscalizador desta junta de freguesia, desta união de freguesias e assim parecenos a nós que com esta proposta isto pelo menos contrate até estes valores e plurianuais isto deixaria de acontecer. Era importante que esta informação que a bançada do PS agora transmitiu fosse esclarecida e fosse confirmada ou não que era para nós percebermos, de facto, se estes contratos têm estado a ser aprovados pelo executivo sem a aprovação por parte da assembleia e isto apra perceber o quê? Que a assembleia tem um papel de fiscalização, não tem um apapel impeditivo do funcionamento da junta, ou seja, não nos parece a nós que não será a assembleia de freguesia o impeditivo da junta de freguesia poder realizar os contratos que terá de fazer para o bom funcionamento da junta, ou seja, se houver necessidade de fazer esses contratos que como hoje se convocou um assembleia de freguesia extraordinária para discutir este assunto, se discuta os contratos plurianuais, agora parece-me que é importante esclarecer porque se isto não tem estado a acontecer, não tem estado a ser dada então à assembleia de freguesia, os dados necessários para exercer o seu papel de fiscalizador e isto parece-me um bocadinho grave se for essa a realidade que eu gostava que fosse esclarecida e assim como a CDU acha que a assembleia de freguesia tem de cumprir o papel que lhe é atribuído, irá votar esta proposta do ..., muito obrigada.

António Barrocas, deputado: Boa noite a todos, eu queria só ter uma pequena explicação de o que é que querem dizer aqui com despesas correntes inscritas em orçamentos, que eu não consigo perceber o que é isto.

Senhor Presidente: Obrigado. A proposta nº 150/2018 aprovada pelo executivo em reunião de 5 de Dezembro do ano passado tem por objetivo a autorização genérica desta assembleia de freguesia para a despesa da autorização prévia para a abertura de procedimentos de contratação pública regulados pelo código dos contratos públicos que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico. Começa-se desde já por referir que este pedido de autorização genérica em nada tem de transcendente ou de inovador nas autarquias locais, sejam nos municípios, sejam freguesias, nomeadamente no nosso município, onde semelhante proposta foi já aprovada por larga maioria na câmara municipal de Oeiras e também na união de freguesia de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias. Trata-se como veremos mais adiante de uma medida de boa gestão dos dinheiros públicos, tem caráter estritamente financeiro e não de uma medida política. Os anteriores executivos certamente por não se encontrarem suficientemente sobre o sentido e o alcance desta autorização, nem sequer a tomavam quando na verdade ela panelas pretende poupar e não gastar sem controlo. Porque fazemos a diferença, somos contra o despesismo desnecessário, vamos esclarecer: No passado sempre que se abria um procedimento de contratação pública, na sua maioria por ajuste





direto, o contrato celebrado vigorava apenas por um ano económico, sendo a despesa assumida, contraída e paga no ano económico a que dizia respeito por força do princípio da anualidade orçamental. No final de cada ano económico, os serviços da junta de freguesia, lançavam o mesmo procedimento para o ano seguinte, ou seja, por cada ano, era lançado um procedimento semelhante. Imagine-se por exemplo um concurso para as telecomunicações que inclui rede fixa, móvel e Internet, estamos a tratar ou um outro de seguros de responsabilidade civil de pessoas e bens, nestes casos o fornecimento das telecomunicações ou seguro só seria válido por um ano, celebrando-se o novo contrato no ano seguinte e assim sucessivamente na sequência de prévio ajuste direto. Esta forma de agir tem aliás, vindo a ser objeto de censura por parte do tribunal de contas inspetivas nas ações inspetivas às autarquias, uma vez que se viola o princípio do não fracionamento da despesa, traduzido no lançamento de ajustes diretos com prazo a modo de vigência e por outro lado não deixa de ser uma medida de má gestão financeira. Dizemos que a celebração por ajuste direto de contratos anuais e não plurianuais são manifestamente mais honrosos, uma coisa é celebrar um contrato por um ano e outra bem diferente é celebrá-lo por três anos onde o beneficio económico e os custos são manifestamente reduzidos para a nossa autarquia. Ora é isso mesmo que pretendemos, sempre que se pretende avançar um procedimento cujo contrato vigore por mais um ano económico, ou seja, a assembleia autoriza caso a caso o que se mostra impraticável e com desnecessários custos para o erário público ou como a lei permite que a assembleia de freguesia dê a sua assembleia genérica para dispensa de autorização prévia, dou-vos o exemplo: para cada assembleia de freguesia, a junta tem um custo de cerca de 1000 euros, para estarmos aqui hoje a junta vai ter um custo de 1000 euros. A não ser assim ter-se-ia de convocar uma assembleia de freguesia, sempre que se pretendesse celebrar um contrato por mais de um ano económico, o que é uma medida de má gestão e de desrespeito pelo princípio da economia, eficiência e eficácia, pretendemos poupar e não gastar desnecessariamente dinheiros públicos que são de todos, por isso prestaremos contas no momento apropriado e sempre que para o efeito sejamos solicitados a fazê-lo, estou certo de que os senhores deputados ficaram ... esclarecidos das razões estritamente financeiras desta proposta autorizativa porque é isso é apenas isso que está em causa, nada mais. Obrigado.

Presidente da assembleia: Peço autorização para intervir como presidente da assembleia e solicitar o senhor presidente porque fiquei admirado com estes números, não sabia que por estas condições que nos proporcionam nós temos encargos de 1000 euros, portanto se fosse possível, como presidente da assembleia, gostava que tivesse conhecimento de como é que se justifica o custo desta assembleia ter entraves de 1000 euros, não tinha essa noção.

Inês Sanches, deputada: Eu faço das palavras do nosso presidente da assembleia a mesma dúvida, realmente quando apresentou valores, eu fiquei surpreendida e gostaria também de receber essa informação. Como é que é possível gastar-se mil euros numa sessão destas? Não pode ser só connosco obviamente.

Nuno Carolo, deputado: Senhor presidente, boa noite a todos, senhor presidente da junta, executivo, caros colegas de assembleia e senhor presidente da assembleia. De facto todo o argumentário produzido pelo senhor presidente da junta, eu vejo-me até forçado a concordar com ele, só há dois pontos que de facto falham em todo o argumentário. É a justificação de que anteriores executivos,





não foi o último, se calhar foram os anteriores a este, não sei, onde os últimos executivos ou outros executivos tinham má gestão porque faziam contratos anuais e portanto havia desperdício de dinheiro, portanto, é essa a afirmação que é feita, só dar nota que é importante é que a lei já existia e permitia dantes, continua a permitir agora que seja a assembleia a permitir os contratos plurianuais e portanto não se consegue perceber onde é que está a dificuldade de gerir o processo. Há uma frase na marinha que costuma dizer que se achas que vais chegar tarde, saísses mais cedo e aqui é um bocadinho esse filme, se o presidente acha que vai ter de renegociar o contrato daqui a seis meses, renegocia-o já, até lá tem duas sessões da assembleia para poder provar aquilo que quer. Isto tornase para nós difícil perceber porque o argumentário não pega porque vê apenas um caminho que é o caminho da autorização, um cheque em branco que é passado ao executivo ainda que a materialização dos processos seja fácil mas fica quando pode e é esse o efeito, é o visto prévio desta assembleia, é para isso que ele serve. Aquilo que falou, de facto, há aqui um princípio também na gestão pública que é o princípio de equidade geracional, que é de facto não permitir e é para isso que existem os contratos plurianuais, não permitir que se ocorram compromissos muito para além daquilo que é o prazo de vigência dos mandatos, para não ficarem os que vêm a seguir com os ónus dos procedimentos e dos processos, caso que se pode ver, é só dar aqui o exemplo dos pagamentos que vão ser feitos à ... em vários milhões de euros até 2042, que é claramente um caso de equidade geracional que não foi cumprido pelo período executivo municipal, para dar um exemplo. Portanto, senhor presidente, aquilo que gostava que nos explicasse é: porque é que pede agora esta autorização se pelo que vimos na publicação que é obrigatória no base.pt onde toda a gente pode consultar num conjunto de ajustes diretos e de consultas que foram feitas, plurianuais, pelos vistos nem esta assembleia se pronunciou nem o senhor presidente tinha mandato para o fazer, eu só gostava que me explicasse quem é quem são, quais são, foram dados dois exemplos, 19800 euros e foi dado um exemplo de 10000 euros, o senhor presidente tem a oportunidade cabal de esclarecer toda a gente que está aqui que obviamente que está curiosa para saber se não tinha autorização e não o podia fazer, como é que o fez?

Filipe Nascimento, deputado: Bom dia. Chamemos-lhe o que quisermos, no entanto, acho que e já agora também dar aqui uma nota, aliás de explicação muito exaustiva e autossuficiente daquilo que aqui vimos do senhor presidente mas dizer mais. Também ouvimos aqui hoje que a função da assembleia é fiscalizar, é acompanhar aqui os executivos, dizer o seguinte: Nós aqui, isto é, o atual mandato é do ponto de vista do executivo é de um movimento independente sem assento na assembleia da república ou do governo por onde saem as leis e aqui estamos com um conjunto de partidos representados nos órgãos legislativos que vêm aqui invocar eventualmente o esgotamento do poder da fiscalização aqui desta assembleia que isto que se está aqui a fazer é que deixa a assembleia de ter poder, de fiscalizar o executivo, meus senhores, penso que há aqui alguma coisa que não está a bater certo, ou estamos a pôr em causa tudo o que se fez nos órgãos legislativos. aliás, esse regime, se virmos bem, veio do ano 1999, em que já estava previsto. Sequencialmente os vários governos de direita, esquerda, suportados por troikas, geringonças, lá estão, suportam os órgãos, tomam essas decisões, fazem essas leis por terem noção do quão económico é o seu resultado para desde o governo, as regiões autónomas, os órgãos municipais e nós também, a freguesia. Chegarmos aqui e tentarmos invalidar todo aquele trabalho que é feito, considerando que a assembleia eventualmente fica desprovido de mecanismos de fiscalização é no mínimo um





contrassenso entre os senhores que não prestando autonomia, podemos aqui invocar aqueles órgãos que são aqueles, que nós somos nós, o certo é que se fala muito também de coerência entre os partidos e os vários órgãos decisores. Portanto dizer com isto que ou comecemos a ir a fundo da questão e perceber que não há aqui nenhuma ventura do âmbito executivo pedir aqui: "Dêem-me lá estas autorizações." Mas tudo o que o está explicado não só na proposta como na explicação que aqui ouvimos é suportado cabalmente, suficientemente pela lei. Meus senhores, fala-se aqui de eventualmente também termos algum compromisso assumido ou não, recentemente. Então esta proposta visa exatamente dar-nos aqui um suporte que é de colmatarmos lacunas que estamos aqui a conceder, aliás que estamos a conceder dos órgãos que tomavam certas decisões. Aqui também concluir esta minha intervenção, diria que hoje se quiséssemos, a título também de mostrarmos que esta assembleia com a proposta que temos aqui hoje está a fazer simplesmente aquilo que já devia estar a fazer há mais tempo, podia passar aqui o dia a dar-vos exemplos de norte a sul do país de milhares e milhares de assembleias de freguesias que fazem ou têm feito estas propostas, dando aqui, como disse, à lei, a lei não feita por este movimento que não tem legitimidade para tal e dizer também, das juntas suportadas pelos vários partidos, até se puder dar só dois exemplos, temos aqui Alvalade e o Lumiar, temos acessível, podem todos aceder e podem confirmar que são lá pedidos também pela assembleia, autorização genérica para assumir esses compromissos, fala-se, para concluir que a assembleia tem de reunir a cada momento que se pretenda chamar aqui a Vodafone, a NOS, a Fidelidade, seja que companhia for para assumirmos um compromisso plurianual. Das duas uma, ou se queremos dar utilidade a esta assembleia no que toca ao seu papel fiscalizador, tenhamos em conta também, que é necessários essa vontade que é de escrutinarmos cada cêntimo, com a também a necessidade de a junta ter uma margem ... também dada pela lei, aliás, há um termo muito técnico usado para esta caso que é a liberdade de conformação legal que é dada aos órgãos executivos, o órgão executivo não está a inventar nada, não criou nada, simplesmente está a fazer aqui que está destinado a fazer, portanto sejamos também coerentes com esta vontade de mostrarmos que queremos fiscalizar mas também da nossa obrigação de perceber que os custos que são suportados pela assembleia podem ser aqui poupados com esta proposta. Obrigado.

Nuno Carolo, deputado: Eu já aqui fui várias vezes considerado que venho aqui criar confusão jurídica e não é o caso, não venho aqui invocar nada que esteja em conformidade, já houve outros casos, conformes com a lei, este não há, há aquelas explicações que eu estou à espera mas isso, o senhor presidente vai ter a oportunidade de me explicar os dois ajuste diretos que fez. Aquilo que nós, que importa aqui dizer é isto: É verdade, o senhor já esteve a oportunidade e há mais juntas de freguesia e muitas são do Partido Socialista, eu não sei quem é que o ... da lei, do decreto da lei, eu diria que é da assembleia da república porque é um órgão democrático com votos contra e votos a favor, que depende da responsabilidade de todos. Independentemente disso, eu não estou a questionar a lei, eu até concordo que exista um argumento, agora eu tenho de fazer o meu papel para aquilo que foi eleito pelos eleitores de Carnaxide e Queijas e é: Uma vez que não fui eleito para governar o município, era o cabeça de lista, esta bancada está cá para executar o seu direito de fiscalização que está constituído na lei também. Que não prescindo dele, prescindirei dele só numa condição, na condição democrática de esta votação passar e eu perder. É a única condição que prescinde o meu direito de liberdade de poder fazer fiscalização ao executivo. Quis ser claro, não estamos aqui a invocar nada, está correta a conformidade legal, está tudo certo, eu sei que existe





noutras também e só convido já, quero ver a reação dos partidos da oposição nesses lugares, também não gostam, ok? Porque de facto é tirar o direito de fiscalização prévia, a fiscalização prévia aos atos da junta e portanto só para dar nota, o senhor presidente que focou os dois casos do concelho de Oeiras onde já passou uma normativa ou uma proposta de liberação idêntica, só os dois casos em que o movimento INOV têm maioria, os outros ainda não passaram e duvido que passem.

Tiago Tarracha, deputado: Não querendo demorar mais do que o devido, só quero mesmo reforçar o ponto objetivo e que o senhor presidente não respondeu, realmente é perceber se fizémos mal antes e vamos fazer agora bem, o que é que correu mal antes que já percebemos aqui até pela sua bancada, bancada de apoiante do executivo, de repente até já se põe a hipótese de que antes estava mal e agora estava bem e agora é para corrigir o que está mal, a verdade que nos assusta e a mim muito pessoalmente que é: Se ainda não viu a normativa, pudesse fazer isso, já foi feito e está num site onde pronto, onde todas as ... diretas e que quando se delibera que é tudo possível, esta bancada que é de longe, cabe a saber que a esta hora, o deliberativo que sabemos que ainda por cima tem um custo de 1000 euros e isso passar a ser um argumento para nos tirar o nosso poder deliberativo, então aí é que vale tudo, a partir daí vai passar tudo e nós então não temos conhecimento de nada, se antes que devíamos ter, não tivemos, quanto mais agora ao aprovar uma normativa como esta porque estamos a falar porque estamos a falar de valores muito avultados e que vou voltar um passinho atrás, são valores que eu gostaria que houvesse tanta energia para se adjudicar valores que foram aqui feitos da rede, informado que as redes socias, prestação de serviços, tudo certo, deve ter objetivos a nível deste executivo mas então fosse a mesma energia para adjudicar estas rúbricas como foi todos os prolemas que o nosso público traz-nos assembleia atrás de assembleia, o problema da regueira de Queijas, o problema do trânsito, o problema do trânsito que vai ser infernal nos próximos dois, três anos com a quantidade de adjudicações de condomínios que foram feitos nesta união de freguesias, etc., etc.. Era a mesma energia que se adjudicava como se resolver os problemas do dia-a-dia das pessoas e não se Mas acima de tudo o meu foco é: Se nós fizémos o erro durante o ano anterior e possa ter fustigado os anos anteriores e não fomos informados e este órgão devia ser informado, não foi, ao aprovarmos uma normativa como esta, então aí não vimos cá fazer nada e claro, aí então não vamos buscar as histórias ... que foi dito nada que deixamos de ter função.

Catarina Antunes, deputada: Boa noite novamente, foi aqui referido pela bancada do INOV que isto era uma imposição legal, não é uma imposição legal se não, não estaríamos aqui a votar, não é? Porque nós não referimos que isto era ilegal ou que não estava previsto na lei, está e se não é, não quer dizer que nós estejamos de acordo com a aplicação dessa normativa legal aqui. E neste momento e há essa possibilidade de fazer isso mas também há na lei a questão do órgão de fiscalização e havendo essas questões, não vejo como é que a incoerência que o senhor deputado Filipe Nascimento vê na posição aqui referida, a bancada da CDU quer exercer o seu direito de fiscalização eu foi para isso que foi eleito, estamos cá e queremos fiscalizar, aparentemente não temos conseguido fiscalizar de acordo com a lei, aparentemente e ainda não foi aqui desmentido que estes contratos têm sido feitos sem a aprovação da assembleia e isso para mim é muito grave porque nós partimos de um pressuposto de confiança com uma órgão, um órgão executivo e foi aqui afirmado porque aqui esses dados são públicos e algo que se fez em contrário e não houve aqui um





desmentido do que não foi e isto para mim é muito grave. Depois dizer-lhe que a nossa posição para nós não há incoerência nenhuma e usar o argumento do custo que se tem com uma sessão da assembleia é no mínimo para nós ofensivo, porque para convocar uma assembleia de freguesia extraordinária para aprovar este ponto pode-se, para outros se calhar já custa demasiado, para a assembleia de freguesia exercer o seu papel de órgão de fiscalização custa muito, para aprovar um papel, uma pasta de vibração que dispensa essa funções já não custa e podemos estar cá hoje reunidos para discutir e aprovar esse documento, quer dizer, é um bocadinho, aí é que não há coerência e põe-se em causa a ... deste órgão e o papel de menorização que querem fazer passar a este órgão, levantar o custo que uma assembleia tem é no mínimo de mau gosto, diga-se, muito mau gosto, porque lá está, a assembleia de freguesia tem o custo que tem as senhas de presença e que se diga que ninguém está aqui nesta assembleia de freguesia para ganhar dinheiro, como todos sabem e se custa mil euros não é certamente com o custo das senhas de presença que os senhores da assembleia têm, por isso é no mínimo de mau gosto levantar o custo que uma assembleia tem quando é a assembleia de freguesia que é o órgão democrático da freguesia que se está a aqui a pôr em causa o papel que esse órgão democrático tem e que é legislado pela lei. Nós não queremos mais do que fazer aquilo que ... nos determinada para fazer que é fiscalizar a ação da junta de freguesia. Disse.

4. Inês Sanches, deputada: Eu falando um pouco e tentando perceber a posição do nosso deputado Filipe, eu quero dizer que a leitura que ele faz é uma leitura muito restrita e começo a dizer que não estou nada preocupada se Alvalade ou Entrecampos aprovaram Este órgão que é a assembleia de freguesia é o órgão mais independente e mais autónomo dentro da estrutura de poder que existe na nossa constituição e eu enquanto membro desta assembleia cumpro mo meu papel e exijo que seja esclarecida e que a informação passe por aqui, porque eu acho que a nossa atitude enquanto fiscalizadores, enquanto acompanhantes do trabalho do senhor presidente, também o ajuda a ser um nom presidente porque esse tipo de atitude, de fazer as coisas sem trazer a coação (?) destes membros nos coloca numa posição extremamente fragilizada e sobretudo pouco claro e eu pessoalmente espero que haja um esclarecimento que eu vou exigir do que se fez que não foi trazido aqui em termos de despesa, em termos de ações e de projeto, nós temos o direito de votar e de acompanhar o trabalhão do executivo da junta e desta junta, não percebo ..., nós estamos todos aqui a favor e a trabalhar das duas freguesias, porque senão não tínhamos participado nas listas e eu falo por mim, não é os 17 ou os 500 que nós recebemos aqui que nos traz para aqui porque nós todos trabalhamos, penso eu, todos estamos às nossas vidas sociais e estamos empenhados para que um trabalho seja bem feito e o senhor presidente deve fazer esse papel, não tendo receio de o fazer e de demonstrar e fazer aqui e para votar Não concordo com a argumentação do meu colega de bancada que extremamente ... legalista (?) nos deu a entender é que acha que é tudo normal, vamos lá fugir, vamos lá branquear, desculpem lá mas eu não estou de acordo.

Francisca Quaresma, deputada: Muito boa noite, senhor presidente, senhor presidente da assembleia, senhores vereadores, público aqui presente e demais pessoas. Realmente eu não fiquei nada esclarecida com a intervenção do nossa colega deputado senhor Filipe Nascimento, começou por dizer que a explicação do senhor presidente foi autossuficiente, ora, lendo bem esta proposta de liberação e estando apenas a ler o que aqui consta dir-me-ão por um contrato da Vodafone por três anos, que tal facto é



impedimento que vossa excelência assuma esse compromisso desde que o mesmo passe pela assembleia e de facto aqui assim é referido. Há a solução de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou sobre programação está sujeita a autorização prévia do órgão deliberativo, somos nós, somos nós. O que está aqui a ser pedido é um cheque em branco porque a assembleia é que aprova estes próprios contratos plurianuais, o que está aqui a dizer e o que pretende é que salvo quando o resultado da execução de planos plurianuais legalmente aprovados, ou seja, têm de passar sempre aqui pela assembleia. Têm que passar. Não há volta a dar, é isto que a lei n os diz, agora o que se pretende aqui é que para sermos um cheque em branco para este montante que aqui está indicado, 99759,58€ ou seja, não está o executivo a impedir de fazer contratos para além do ano com a Vodafone, com qualquer sistema informático, nada disso. Eu não fiquei esclarecida com a justificação que foi dada, continuamos neste impasse porque já foi manifestado aqui o nosso sentido de voto, será esse porque nós não estamos habituados a passar cheques em branco e não prescindimos de exercer os nossos direitos enquanto elementos desta assembleia e é para isso que fomos eleitos e é para isso que estamos a trabalhar para todos os fregueses desta união de freguesias, tenho dito.

Filipe Nascimento, deputado: Na sequência daquilo que foi aqui dito, tenho simplesmente de dizer o seguinte aliás, já agora, se se entender por bem, posso corrigir em vez de imposição, previsão. Seguindo, dizer que se falou novamente neste caso do esgotamento do poder da assembleia, não, não há esgotamento nenhum e isto porque além de que como a proposta é clara neste sentido, além de periodicamente em todas as assembleias, todos os compromissos assumidos serão apresentados pelo executivo, julgo que estão a ignorar um aspeto, é que esta proposta não é autónoma, isto é um complemento daqui que está, como já pusemos há pouco tempo, associado às ... em que nós aqui já a maioria legitimou este documento nos planos aqui apresentados, dizer que não há aqui chefes em branco, não, porque esta figura não é dizer que é autónoma, ela como diz e bem, visa complementar aquilo que vem nas ... e nos documentos complementares aqui também aprovados pela assembleia. Com isto também dizer que temos aqui falado dos contratos que já foram assinados, executados, eventualmente. Dizer com isto que nós estamos aqui diante de uma medida que a ser tomada virá dar aquilo como disse não só a imagem de que este executivo quer conquistar uma lei mas sim, quer fazer as coisas acontecerem cumprindo os que dermos, como disse inicialmente, que trazem vantagens para a nossa união, desde logo não é que a assembleia deixe de funcionar, deixe de ser chamada mas que não figue presa a esta convocação e eventualmente se houver uma oportunidade de negócio na sequência do que já está autorizado de uma forma abrangente pelas GOPs (?) e pelo lançamento, vir aqui pontualmente que esta assembleia diga: "Senhor, não vamos renovar com este ..." isto já, julgo eu, ser uma matéria que cabe como até adequa melhor com o papel do executivo, nós aqui a previsão genérica que está na lei não diz que vão mostrar aqui, dar tudo e não há aqui mais nada aqui, esta assembleia aqui não faz mais nada, não é. É prometido que os compromissos que os compromissos que vão ser assumidos por um período que exceda o ano seguinte e que previamente já haja essa autorização do executivo, tudo o que se está aqui a dizer que a assembleia dá check-in ... de funcionar ou funciona mais, não vai ter aqui o seu papel de fiscalização, não, não é isto que está em causa, meus senhores. Como eu já disse, nós vamos complementar aquilo que já está legitimado pela assembleia. Muito obrigado.





Nuno Carolo, deputado: Oh senhor deputado, aquilo que está aqui a ser pedido é nem mais nem menos do que o órgão executivo delibere seja o que for num contrato plurianual que a assembleia não tem voto na matéria, é tão simples como isto. Não venha invocar seja lá o que for, é tão simples quanto isto, só diz que parente a assembleia realizámos este contrato a nosso belo prazer porque vocês nos deram autorização para e está feito. Só comunica e é isto que aqui nos está a ser pedido. Em que eu não posso concordar, para já não é clara a proposta na minha opinião, continuei sem perceber a que é que se refere as despesas correntes inscritas, não sei o que é isto. Não consigo perceber o que é isto, também não foi explicado, se me explicar você, eu não percebi. Agora, querer um cheque em branco porque é um cheque em branco, eu tenho de concordar com isso e não vou estar a repetir tudo aquilo que foi já aqui dito, as pessoas que estão aqui assistir não merecem estar a ouvir sempre a mesma coisa, eu perante isto, a minha opinião é esta: É legítimo da assembleia como é legítimo do executivo fazer a proposta e é legítimo da assembleia votar contra e é legítimo da assembleia dar-nos o parecer em qualquer contrato plurianual, ponto. Porque está na lei previsto também e que os contratos plurianuais têm de passar pela assembleia, não é passarem do tipo informativo. "Olhe, nós já fizemos este contrato, é só para vos avisar." A assembleia não tem vontade nenhuma de andar a gastar dinheiros públicos mal gastos, como é óbvio, em relação ao despesismo, para terminar, também digo já que sempre que for preciso eu venho cá Muito obrigado.

Senhor Presidente: Obrigado. Em relação ao valor que eu mencionei há pouco, é uma estimativa, há gastos diretos com senhas de presença, como podem verificar temos aqui técnicos de som, de imagem a gravar e a dar apoio, horas extraordinárias de funcionários, posteriormente as transcrições das atas. Temos também aqui a inovação do cronómetro para controlar melhor os tempos, existem gastos em diretos, estamos a gastar verba de herário público, para pagar o ordenado de uma pessoa que vai todos os dias transcrever a ata de hoje, entre outras, dou-vos aqui um exemplo: A ata número 3 ainda não está concluída porque é uma ata muito extensa. Todoas as intervenções nestas assembleias são muito importantes. As vossas opiniões, as vossas intervenções, iremos continuar e teremos por obrigação continuar a manter-vos informados, mas quem sabe o que é estar no poder e trabalhar diariamente numa autarquia sabe o que é o trabalho diário, o volume de trabalho é enorme, por isso esta medida serve para a agilizar os processos, queria aqui também mencionar que não é nossa intenção criticar o anterior executivo, esta medida que não foi aplicada em vários municípios, em várias freguesias do país por desconhecimento. A partir do momento em que sou informado de que algo não esteja a correr bem, eu tenho a obrigação de regularizar a situação, é algo que estamos a fazer, esta situação não estava a ser devidamente realizada, não estavam a aprovar estas deliberações para compromissos plurianuais, consequentemente os serviços da junta, do setor financeiro trabalhavam consoante as diretivas do anterior executivo. À medida que detetamos irregularidades, temos vindo a regularizar os procedimentos. Também dizer-lhe que esta medida aqui é clara transparente. É uma medida que irá permitir a junta de freguesia poupe dinheiro. Em relação ao cheque em branco, dizer-vos que isto não se trata de um cheque em branco e como vem aqui mencionado na proposta de deliberação, nós temos obrigação de informar-vos em todas as sessões de assembleia, a listagem de todos os compromissos que foram assumidos durante o período intercalar de todas as assembleias. Em relação à despesa corrente que é mencionada aqui, pode não estar contemplado aqui, existem despesas correntes que por exemplo: Nós temos gastos com o material de limpeza, onde diariamente gastamos em compras pontuais. Desta forma, podemos realizar um compromisso plurianual







por três anos com um fornecedor que irá permitir termos uma melhor eficiência financeira. Obrigado.

António Sanches, deputado: Boa noite, senhor presidente, não era para intervir mas acho que como deputado e como presidente que foi aqui feito afirmações que não concordo e acho que era importante ser esclarecido, portanto, nós PSD e penso, todos os deputados estamos previstos para um compromisso, agora a justificação não aceito que se pretende passar que há mais encargos públicos, há mais encargos a nível de gestão das finanças do executivo, das finanças públicas, dos ... como vir à assembleia exercer o seu direito, não posso aceitar isso porque podia utilizar todas as justificações, esta de dizer que não há contratos plurianuais ou o erário público é sobrecarregado com os contratos plurianuais por não vir à assembleia? Senhor presidente, isso não há encargos por vir à assembleia, os encargos não são nenhuns de vir à assembleia, é uma questão de nós organizarmos, a questão das assembleias extraordinárias, senhor presidente, as normais é possível de fazer o planeamento face aos contratos plurianuais que são necessários vir à assembleia para ... , agora nós não estamos contra a autorização genérica, nós estamos é que com a autorização prévia que nos querem pedir à assembleia, não faz sentido, prévia, se é uma competência da assembleia, então o senhor presidente também me pode dizer que e ... com os mil euros também posso pôr ... aos nossos deputados, vamos propor que por causa desse dinheiro vamos fazer obras de investimento público ... durante um mandato, tudo bem, se é isso que pretendemos não podemos por agora, falar em cargos e pôr em causa o funcionamento dos órgãos, desculpe senhor presidente mas fezme ... , uma questão é funcionamento de acordo com a lei, tudo o que disse concordo a 100% com a intervenção que disse, ... nos contratos plurianuais, têm vantagens de mais de dois anos, tudo bem. Agora a justificação de vir à assembleia, mais encargos para a assembleia, descupe, não concordo e também iremos votar contra esta proposta, desculpe, obrigado.

Filipe Nascimento, deputado: Obrigado, senhor presidente, dizer apenas que o colega António teceu aqui na sua intervenção alguns aspetos em que também ligava aquilo que eu dizia anteriormente e com isto responder da seguinte forma: Nós estamos aqui a tentar fazer, aliás, de algum modo também a confundir aquilo que é esta medida que estamos aqui a discutir que tem efeito para o futuro e fazer aqui uma série de ligações a questões que não tem propriamente a ver com isto que vai ser o futuro. Sobre aquilo que diz novamente, tal como já foi dito há pouco tempo, quanto ao cheque em branco, dizer apenas que isto mais uma vez está relacionado, aliás, é uma medida complementar daquilo que são aqui os documentos discutidos e aprovados por esta assembleia, este executivo não está à partida a pedir que venha agora inventar coisas que nós de algum modo não pedimos e que não estava legitimado fazer, tendo em conta o tal aspeto da plurianualidade. Se conjugarmos aquilo que está no orçamento e essa medida que além de ter já um teto de valor que não pode exceder, têm também necessariamente de fazer uma ligação aos documentos anuais que vamos aqui aprovar, eventualmente havemos sim, se for necessários, aqui esta assembleia não fica a ler de acompanhar este seu papel, além de que no que toca à tal informação que o executivo tem de dar à assembleia, ter só visto apenas que há uma informação que já neste momento antes de assumir qualquer compromisso, vinculado a essa obrigação de o fazer quando assumir mas vai ser ao longo da sua execução esta proposta ligada com as propostas aqui também aprovadas no que toca aos votos e aos demais planos também aprovados. Quanto a isso também para concluir que nós temos que perceber que a junta sabe, o executivo sabe que ao propor isto, tem em conta o que vai ser no futuro, no



futuro a proposta ... assume este compromisso de fazer a tal prestação de contas à assembleia, vai continuamente, é obrigada a registar os compromissos que assumir como também informar esta assembleia e esta assembleia sabe que isto que faz hoje, se o fizer hoje é tendo como um complemento... (Interrupção) Se me permitirem, colegas, vou mesmo concluir mas estamos aqui a ter um ciclo ou uma sessão de várias intervenções, eu oiço o que os colegas dizem, também sinto a necessidade e na obrigação de fazer também o esclarecimento que entender por bem mas além de não exceder o tempo, também vou concluir que nós temos de conjugar isto que temos de em mãos com o futuro, é isto que temos hoje em mãos para fazer, muito obrigado.

Senhor Presidente: Para concluir, é só dizer que os contratos plurianuais que assumimos em 2018 e que não foram informados, serão informados por escrito. Repetir mais uma vez o que li há pouco no meu esclarecimento e dizer-vos que esta medida não é inédita, a mesma proposta foi apresentada na União de freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Caxias e Paço de Arcos e foi aprovada por todos, por unanimidade, tanto pelo IOMAF, pelo PS e pelo PSD, obrigado.

Rafael de Sousa, deputado: Senhor presidente, senhor presidente do executivo e deputados e membros desta assembleia, só para terminar, ouvi todas as partes, fui bem informado, dado que em cada assembleia deverá ser apresentada aqui houve um compromisso, em formação das ... executadas ao abrigo desta deliberação, todos saberemos e que havemos também de fiscaliza-los. A bancada do IOMAF irá votar a favor este documento. É isso, Rafael de Sousa.

2. Proposta de Deliberação n.º 150/2018 — Compromissos Plurianuais — Artº 6 da Lei Nº 8/2012 de 21 de fevereiro — Regulamentada pelo artº 12º do Decreto-Lei nº 170/2012 de 21 de junho — Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia.

Nuno Carolo, deputado do Partido Socialista: Senhor presidente, o Partido Socialista votou contra esta proposta por considerar que ela é diminuidora da capacidade da transparência na execução de alguns políticos e da execução desta orçamento e dos vários orçamentos da junta de freguesia. É evidente que existe essa liberdade legal, essa capacidade de fazer passar essa proposta mas ainda assim fica mal a quem a propõe, independentemente dos partidos, dos independentes ou quem quer que seja que a propõe porque não tem a necessidade de o fazer, esta assembleia sempre se apresentou disponível e já por várias vezes indicou que se for necessário, estaremos sempre disponíveis, o partido socialista declara essa disponibilidade para estar presente em todas as reuniões que sejam necessárias para fazer passar aquilo que o senhor presidente necessitar, que seja justo e bom para a população da freguesia e portanto, não entendemos de facto esta necessidade, disse.

Resultado:

Proposta aprovada com 13 votos a favor, da bancada do INOV e do IOMAF, 8 votos contra, do PS e do PSD e uma abstenção do INOV.



Nuno Carolo, deputado do Partido Socialista: Um ponto de ordem à mesa, Senhor Presidente, gostava que me esclarecesse ou solicitasse junto do senhor presidente do executivo a calendarização desta correção e quando é que os processos ou seja a documentação que ... o procedimento concursal estabelecido que levou ao ajuste direto que estão neste momento publicados a todos, neste momento já deixámos de falar só ... , a todos os ajuste diretos da responsabilidade deste executivo que sejam transferidos para o nosso email e qual é a calendarização dessa ... por parte da junta de freguesia, porque é no mínimo necessário perceber como é que sem a capacidade de o fazer, este executivo invocou que lei, que artigo para lançar um procedimento plurianual que não o podia fazer, porque não tinha autorização da assembleia para o fazer, portanto estamos perante uma situação que já começa a ultrapassar as normais lacunas legais que este executivo nos habituou em

3. Proposta de Deliberação nº 10/2019 - Alteração dos administradores do Fundo de Maneio - Apreciação do Regulamento do Fundo de Maneio:

Senhor Presidente: Obrigado, só aqui uma nota prévia, em relação a este ponto, ia dizer-vos que o executivo desta junta quando tomou posse e a pedido dos serviços aprovou a norma de controlo interno contabilístico e financeiro da junta de freguesia. Logo no início do mandato não nos foi possível verificar esta norma de forma profunda e por motivos legais aprovámos a que estava em vigor e dizer-vos que em relação ao fundo de maneio, o anterior executivo tinha dois fundos de maneio, um fundo de maneio aqui para Carnaxide e outro fundo de maneio em Queijas, o fundo de maneio de Carnaxide era gerido por um técnico dos serviços da contabilidade. O fundo de maneio de Queijas era gerido por um membro do executivo. Nós mantivemos a mesma estratégia, mantivemos o técnico aqui da contabilidade a gerir o fundo de maneio de Carnaxide e para o fundo de maneio de Queijas decidimos escolher a vogal Ana Dias para escolher esse fundo. Durante esse ano verificamos que não era muito ágil ser a vogal a gerir o fundo de maneio de Queijas e decidimos de forma a agilizar todos os processos, concentrarmos dois fundos no nosso técnico da contabilidade, Luís Balbina, de forma a facilitar a todos os procedimentos diários relativos à gestão dos dois fundos e foi essa a atualização realizada nesta PD, que está representada nesta PD.

(deputado coloca questão ao senhor presidente)

Senhor Presidente: Caro presidente, após receber o oficio irei responder-lhe ao oficio mas quero aqui antes de mais dizer que amanhã é um dia especial aqui para a união de freguesias, para a nossa universidade sénior, para Queijas, tal como já tinha mencionado, também fruto do trabalho do anterior executivo, amanhã vamos inaugurar o novo edificio da universidade sénior, vamos inaugurar o polo da universidade sénior que será na delegação de Queijas, por isso estão todos convidados, penso que será um dia marcante para esta união de freguesias, obrigado. O presidente da mesa já tem a informação e penso que já enviou os convites os convites, às 10h:30m é a inauguração do polo em Queijas, às 14h:30m a inauguração do novo edifício aqui em Carnaxide e Às 15h:00m vai ser a celebração no auditório Ruy de Carvalho.

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião pelas horas



Para constar se lavrou a presente Ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e Secretárias da Mesa.-----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na integra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na integra o texto original

O Presidente

(António de Jesus Seixas)

A 1.ª Secretária

(Caria Sona Onveira dos Santos)

Olivoina dos Santas

A 2.ª Secretária

(Ana Catarina Gomes de Jesus)